

-las, e para não voltar atrás, o que seria a sua total desmoralização, resolveu S. Exa. renunciar ao governo.

Nesta hora a mim me parece que é dever desta Casa do Parlamento e do Senado da República, como é dever de cada um dos brasileiros, manterem-se unidos e coesos para que a solução desses problemas que ora afligem o povo venha a se dar pelos caminhos legais, com inteira prevalência das instituições democráticas e da vontade do povo, que quer a nossa emancipação econômica e, portanto, a promulgação da lei oriunda do projeto de contenção do abuso do poder econômico, que quer a prevalência das instituições democráticas e quer que os seus representantes, no Legislativo e no Executivo, promovam a nossa emancipação econômica e a efetivação da independência política.

Sr. Presidente, não poderia concluir minha oração sem me congratular com os nobres representantes do povo, que, hoje, data histórica para o futuro da nacionalidade, deram demonstração de alta política, de consciência daquilo que verdadeiramente representa o Legislativo federal.

Hoje, temos certeza, ocorreram fatos tão importantes para a nossa História política, que o historiador futuro, referindo-se aos 25 de agosto, poderá proclamar que nesta data se iniciou nova fase, em que o povo, tomando plena consciência de si mesmo, resolveu adotar atitude para conquistar seu glorioso futuro, de que é merecedor pelo seu alto valor, pela sua capacidade, pela sua agilidade mental e generosidade, como pelas riquezas que a nossa Pátria encerra. (*Muito bem; muito bem*).

O SR. AURÉLIO VIANNA * — Senhor Presidente, Senhores Deputados, enquanto a tempestade rugir lá fora, reúne-se normalmente a Câmara dos Senhores Deputados para debater assuntos da mais alta relevância.

* Não foi revisto pelo orador.

A convulsão existe. Está na alma do povo, de todos. Contemplamos o desconhecido. Pisamos terra movediça. Não sei quem está seguro. Proclama-se que a ordem e a paz imperam neste País. Sabe-se que em São Paulo reina a perplexidade. Diz-se que se está concentrando nas grandes praças das grandes cidades, principalmente da Capital da República. Há quem defenda a tese de que para a manutenção da paz e da ordem constitucional faz-se mister uma segunda renúncia: a do Senhor Vice-Presidente da República que deve estar chegando a estas horas ao Brasil, vindo do Oriente Médio, de Beirute.

O Sr. José Joffily — V. Exa. permite um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Um momento.

Para os defensores da legalidade democrática, houve um ato que abalou milhares de corações, mas não os alicerces do regime, porque um ato de vontade espontânea, natural. E, num país democrático, a linha de sucessão se faria sentir dentro dos cânones constitucionais sem armas, sem preocupações, sem vexames. Por que, então, se tenta apregoar que para a manutenção da ordem pública mister se faria a renúncia do Vice-Presidente da República, hoje ligado ao ex-Presidente, investido de funções especiais e que volta ao País para, em toda sua plenitude, exercer o poder?

Tem o aparte, nobre Deputado José Joffily.

O Sr. José Joffily — Nobre Deputado Aurélio Vianna, creio que V. Exa. está bem inspirado quando prevê outras renúncias na Presidência da República. E basta um fato apenas para nos levar à mesma convicção. A mim, pelo menos, custa-me acreditar que o Senhor Ranieri Mazzilli ou o Senhor João Goulart, se qualquer um dos dois mantiver a mesma linha de política exterior, na defesa inflexível da autodeterminação dos povos e na afirmação da soberania brasileira, nos termos em que o Governo

154.ª SESSÃO, EM 25 DE AGOSTO DE 1961.

505

do Senhor Jânio Quadros vinha mantendo, custa-me crer que o destino do Senhor Ranieri Mazzilli ou do Senhor João Goulart seja diferente daquele que estava reservado para o Senhor Jânio Quadros, isto, a meu ver, traduz uma realidade, a realidade segundo a qual certas forças se empenham no segundo impacto. O Presidente da República não pode desviar a posição brasileira, que hoje não tem poder decisório, mas tem, pelo menos, uma influência preponderante nos assuntos internacionais, sobretudo em termos da América Latina. Participo das dúvidas de Vossas Excelências, segundo as quais a atitude brasileira simbolizada por qualquer substituto eventual do Sr. Jânio Quadros, não encontra pela frente resistência externa e, também de seus agentes internos.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Nobre Deputado, ainda esta semana ouviamos desta tribuna uma das vozes mais cultas deste País. Falava o Professor e Deputado San Tiago Dantas sobre a democracia brasileira, declarando que esta já havia alcançado a sua maioridade, estava sólida, firme, estruturada sobre a rocha da vontade popular, e não seria destruída. Realmente, no primeiro impacto ela resistiu. Haverá um segundo impacto. O Presidente da República não renunciou, segundo se depreende dos termos da sua proclamação, sob pressão militar. Contava, segundo sua expressão, com o apoio das classes responsáveis pela manutenção da ordem no campo interno, pela defesa das instituições e pela tranquilidade do País na luta contra possíveis inimigos externos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos o Presidente desta Casa, cumprindo dispositivo constitucional, à frente do Governo, do Executivo Federal, à espera, tranquilamente, no Palácio do Planalto, que chegue a esta Capital o substituto legal do Senhor Presidente Jânio Quadros, eleito com Sua Excelência num pleito popular dos

mais extraordinários que esta Nação já contemplou para ocupar a curul presidencial, o mandato presidencial. E o desejo que tínhamos de que Sua Excelência o Senhor Presidente Jânio Quadros realizasse um grande governo, não por ele próprio, mas pelo povo brasileiro, pelo progresso do País, pelo desenvolvimento da Nação, é o mesmo desejo que temos com referência ao Senhor Presidente João Goulart, de que tranquilamente tome posse do Governo, com apoio das forças vivas, que represente a Nação brasileira neste Congresso e fora dele, para o bem comum, para o bem de todos, para felicidade do nosso povo e da nossa gente.

Aqui está um projeto de Agamemnon Magalhães...

O Sr. Padre Vidigal — Quem lhe conhece a formação espiritual e o acendrado patriotismo, quem conhece os sentimentos que presidem esta a Casa, sabe perfeitamente que os nossos votos são todos para que a democracia sobreviva no Brasil a todas as tempestades, e viva sempre abençoada pelo Deus em que nós cremos acima de todas as coisas, Sr. Deputado. Quem lhe conhece a formação espiritual e moral sabe perfeitamente que Vossa Excelência deseja, como todos nós desejamos, que o Brasil continue de acordo com as suas tradições cristãs (*muito bem*) e que venha a felicidade para o povo brasileiro, sem temor algum por parte da infiltração de credos exóticos em nossa Pátria. Que venha, para o futuro, uma série de dias melhores para o povo brasileiro, mas, de acordo com as nossas tradições cristãs, que repudiem e venham a repudiar qualquer infiltração comunista, qualquer infiltração exótica vinda do Oriente.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Acrescento mais a V. Exa.: um país independente, independente da vontade de outros países, estejam eles situados no Ocidente ou no Oriente. Independência plena, principalmente, desejamo-la para nosso País, porque nós, cristãos

genuínos, desejamos que o nosso País viva tranqüilamente, fora, isento, imune, daquelas forças inimigas da democracia...

O Sr. José Joffily — Inclusive as imperialistas.

O SR. AURÉLIO VIANNA — ... Sim, daquelas forças, inclusive capitalista, imperialistas. (*Muito bem*), que têm sido a razão de haver surgido em muitas partes do mundo, pelo desespero, o movimento comunista internacional.

Quem hoje combate o capitalismo internacional não são apenas os socialistas. É a própria Igreja, por intermédio das encíclicas de seus célebres Papas. Esse movimento surge em tôdas as partes do mundo. Não é por medo do comunismo que devamos cair nos braços do capitalismo. (*Muito bem*). Esta é a verdade. Se um país cristão não quer adotar o materialismo de Marx, também não pode nem deve esposar o materialismo grosseiro firmado, fincado e defendido pelo capitalismo internacional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, este projeto que aqui se encontra saiu da pena e do cérebro de Agamemom Magalhães e veio à Câmara com o objetivo de combater o poder econômico. No entanto, os anos se passam. Vive a Nação brasileira, vive nosso povo — os operários, a gente humilde, até mesmo a pequena e a média burguesia — sob o guante do poder econômico que tenta destruir-lhe a fibra democrática, a vontade de viver.

E a proposição dorme nas gavetas das Comissões. Os anos passam, passam-se os meses, os dias, e só agora, neste momento conturbado da vida brasileira, vem a proposição a plenário, como que a desafiar-nos a dar o real testemunho de que temos vontade de trabalhar, de estabelecer e elaborar uma lei que livre o povo brasileiro do truste, do monopólio, do cartel, da exorbitância, dos abusos do poder econômico. Porque a lei virá combater os abusos do poder econômico.

O Sr. Milton Reis — Permite Vossa Excelência um aparte?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Pois não, nobre Deputado.

O Sr. Milton Reis — Sr. Deputado, o aparte que desejo dar ao discurso de V. Exa. se prende ao tópico em que V. Exa. se referia à renúncia do ex-Presidente Jânio Quadros. Eu gostaria de, nesta intervenção, fixar brevemente dois fatos. O primeiro deles, Sr. Deputado, é que nos opusemos ao Governo do Sr. Jânio Quadros, várias vezes nós manifestamos aqui para defender o direito de ele ser Presidente até o último dia do seu mandato.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Exatamente.

O Sr. Milton Reis — Foi ele quem quis renunciar, e o fez, hoje. Convinha ficasse claro. O segundo é que todos os partidos com assento no Parlamento, a UDN, o PSD, o PTB, o PSB, o PTN, o PL, todos, se uniram na defesa do regime democrático, e a nós pareceu que esta união, juntamente com o espírito de legalidade das Forças Armadas, permitiu que a democracia brasileira não fosse arranhada. Lembrou-me aquele episódio, no Império, quando os Ministros, os políticos, mesmo os adversários mais ferrenhos, se uniam para defender os interesses do País e o próprio regime. Se nas teses divergiam os nossos homens públicos, no passado, o amor ao País os fazia unirem-se para as decisões. Isso se verificou na tarde de hoje. Então, ficou claro que todo o Parlamento brasileiro, todo o Congresso está firme na defesa do regime democrático, como esteve e estiveram todos os partidos, firmes no apoio ao Sr. Jânio Quadros, para que ele permanecesse até o último dia do seu governo. S. Exa. renunciou — repito — por sua livre e espontânea vontade.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Nobre Deputado, ouvimos hoje diversos pronunciamentos a respeito da tese que V. Exa. acaba de defender,

inclusive depoimento que agradou, a toda a Casa, prestado pelo nobre Deputado Menezes Côrtes, Líder da União Democrática Nacional. Foi, a meu ver, o maior e o melhor discurso que S. Exa. já proferiu na Câmara, em defesa das instituições democráticas, em defesa do regime representativo. Ouvimos pronunciamentos gerais, todos eles visando — tem V. Exa. razão — à salvação do regime democrático, das instituições representativas, o que importa em dizer a garantia, dentro dos cânones constitucionais, da livre manifestação do pensamento, pela palavra, e pela palavra escrita, do direito do povo de ir e vir, e de sustentar os seus princípios às suas reivindicações.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, discutimos hoje nesta Casa o grande projeto que trata da repressão ao abuso do poder econômico, porque na própria Constituição da República, na nossa lei maior, a constituinte de 1946 inseriu um artigo, o 148, que dita "A lei reprimirá toda e qualquer norma de abuso do poder econômico, inclusive as reuniões ou agrupamentos de empresas individuais ou sociais, seja qual for a sua natureza, que tenham por fim dominar os mercados nacionais, eliminar a concorrência e aumentar arbitrariamente os lucros".

É o que consta da nossa Constituição, na Carta Magna da República Brasileira. O dispositivo será regulado pela lei que desejamos votar, de autoria de um grande pernambucano, de um brasileiro, vivido, experiente, culto e capaz, irmão do Presidente eventual desta Casa, o nobre Deputado Sérgio Magalhães.

Sr. Presidente, iremos ter a prova provada, nas próximas horas, sobre os motivos da renúncia do ex-Presidente da República. Se a posse do novo Presidente for mansa e pacífica a legalidade democrática estará garantida. Nossa luta não é em torno de homens, mas de princípios, de idéias. A garantia da legalidade democrática é o primeiro princípio que nos deve unir

a todos, na Câmara, dos mais diversos Partidos. Ou sobreviveremos juntos, ou naufragaremos todos juntamente. Não há que escapar do dilema. Ou sobrevivemos e, sobrevivendo a democracia, também escapará do cataclismo, ou então soçobraremos e conosco soçobrará o regime e entraremos no desconhecido, no incognoscível, na terrível expectativa. Agora, já não se fala mais em Cassandras, porque aquilo que se esperava, dalgum modo aconteceu. Lemos um documento que se assemelha a uma carta célebre. Não sei se os Srs. Deputados notaram até no estilo a semelhança. A profunda diferença é que um escreveu a carta-testamento e passou para a eternidade e o outro escreveu a sua carta e continuou vivo.

O SR. PRESIDENTE (*Sérgio Magalhães, 1.º Vice*) — Comunico ao nobre orador que dispõe de 5 minutos para terminar.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Terminarei, Sr. Presidente.

O Sr. *Último de Carvalho* — Sr. Deputado, esta é a vantagem do regime democrático: os presidentes da República renunciam, morrem, são forçados a determinadas atitudes e, entretanto, o regime continua. As soluções são naturais. Agora, por exemplo renunciou o Exmo. Sr. Presidente Jânio Quadros. Estamos esperando o Presidente João Goulart. Depende exclusivamente de S. Exa. a paz do País, de organizar um ministério de alto gabarito moral e de união nacional...

O Sr. *Oswaldo Lima Filho* — É uma condição?

O Sr. *Último de Carvalho* — É uma sugestão. Não se poderá mais sequer fazer sugestões nesta Casa? Se S. Exa. chegar com a disposição de organizar um Ministério de coalizão, teremos o País pacificado. Se S. Exa. chegar com a disposição de receber a colaboração do Congresso teremos o País pacificado. Mas, se S. Exa. chegar com a disposição de levar o País para um

dos extremos, ou da direita ou da esquerda, não há possibilidade. Ele não encontrará cima para pacificar o País. Portanto, está nas mãos do Presidente João Goulart a pacificação a que V. Exa. se refere, a continuação do regime a que se referiu V. Exa. Este Congresso está aqui esperando o Presidente João Goulart para prestigiar S. Exa. E estou certo de que S. Exa. patriota como é, não irá enveredar pelos mesmos erros que levaram o Presidente Jânio Quadros à renúncia.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Nobre Deputado, não quero comentar nesta conjuntura os motivos que levaram o Presidente Jânio Quadros a renunciar. São motivos de foro íntimo. S. Exa. não os revelou claramente, e eu respeito aquele que renunciou a um alto cargo que exercia. E desejo que S. Exa. se mantenha numa posição digna de respeito às instituições, porque a sua renúncia foi individual, ato seu, jamais conspirando contra a Constituição e contra a democracia.

Isto é que desejo de S. Exa., para que eu e toda a nação brasileira continuemos respeitando aquele que, a meu ver, não deveria ter praticado o ato que praticou, mas, se o fez, merece o meu respeito. E não desejo, na conjuntura atual, comentá-lo.

Agora, quanto ao novo Presidente da República, tenho a certeza de que, se S. Exa. voltasse de sua viagem para o exercício do poder na base do ódio, da divisão da família brasileira; se S. Exa. ferisse a Constituição da República que jurou defender, desrespeitando seus postulados, desrespeitando-a no que há de fundamental, não poderia ser feliz, porque ninguém que jurou defender um princípio, e que o trai, pode conquistar a tranquilidade de espírito.

Mas acredito que há homens que vivem e se conduzem pelos exemplos de seus semelhantes e o exemplo aí está. Quem não deseja, nestes dias conturbados, a paz para o Brasil, uma época de tranqüili-

dade para que haja progresso e desenvolvimento?

Termino por manifestar a Vossa Excelência, Sr. Deputado Sérgio Magalhães, já que seu irmão não existe mais, o nosso desejo de que a idéia de Agamemnon Magalhães, consubstanciada neste projeto que se transformou em um volume, o 3-B, de repressão ao poder econômico — encontre guarida no espírito dos legisladores brasileiros. Assim, a nação brasileira por inteiro se desenvolverá e haverá mais tranquilidade, mais fé, mais disposição de lutar na raça brasileira, que ama a democracia e muitas vezes descre dela, não porque a democracia não falhe, mas pelos erros dos próprios homens.

Sr. Presidente, Sérgio Magalhães, acredito que agora o projeto de repressão ao abuso do poder econômico tenha andamento e se transforme brevemente numa lei justa e equidosa. (*Muito bem; muito bem. Palmas*).

O SR. PRESIDENTE (*Sérgio Magalhães*) — Comunico ao plenário a convocação de uma sessão extraordinária matutina, amanhã, às 9 horas, com Ordem do Dia que será anunciada ao final desta sessão.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o Sr. Ulisses Guimarães. (Pausa).

Não está presente.

Tem a palavra o Sr. Mário Bêni. (Pausa).

Não está presente.

O SR. ELOY DUTRA * — Sr. Presidente, Srs. Deputados, leio numa edição extra do "Correio Braziliense", a seguinte nota:

"Depois de encerrada a parada militar hoje pela manhã, em comemoração ao Dia do Soldado, os 3 Ministros Militares estiveram no Palácio e disseram ao Presidente que sua política exterior estava criando chama de intransigência.

* Não foi revisto pelo orador.